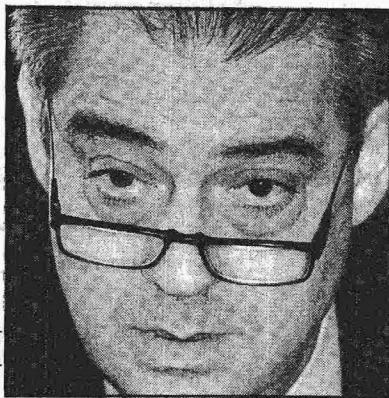


RELATÓRIO INCRIMINA ROSSI

Por ter cedido às pressões dos bancos

O ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), José Arnaldo Rossi, autorizou ilegalmente, em 1991, a correção das taxas cobradas pelos bancos à Previdência, quando ocorria diferença entre o valor arrecadado e o montante pago com benefícios, porque cedeu às pressões da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Esse é o primeiro resultado a que chegou a análise do Ministério da Previdência Social sobre a auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que acusa Rossi de ter dilapidado o patrimônio do INSS em favor das instituições financeiras.

Segundo a conclusão preliminar dos técnicos da Previdência, entregue ontem ao ministro Reinhold Stephanes, Rossi não poderia ter autorizado à Febraban



Arquivo/AE

Rossi: pressões.

a correção monetária das taxas pela TRD, porque a Lei 8.012, de 1990, que disciplina o repasse dos recursos previdenciários pela rede bancária, não permite tal medida nas circunstâncias em que foi adotada, em 1991.

Os técnicos explicam que, até março de 1990, os bancos manti-

nam os recursos arrecadados pelos contribuintes da Previdência Social por um período de cerca de 10 dias. A partir de 15 de março de 1990, foi assinada uma Medida Provisória, transformada na Lei 8.012, que obrigou a rede bancária a repassar esses recursos para a Previdência no segundo dia útil posterior ao do recolhimento, o que acarretou redução dos lucros das instituições financeiras, segundo a avaliação dos técnicos do INSS.

O relatório preliminar dos técnicos informa que os bancos pressionaram Rossi devido à queda dos lucros, em consequência da aprovação dessa lei, para que autorizasse a cobrança extraordinária de correção das taxas bancárias, restituindo a diferença entre o valor arrecadado e o valor pago em benefícios.